

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 022

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 050/2002, do senhor Jorge Kalache Filho, superintendente de negócios da Caixa Econômica Federal,

comunicando a liberação de recursos financeiros do FGTS no mês de fevereiro/2002, no valor de R\$362.773,27 (trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), destinados à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e ao Governo do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, seja concedida autorização para entrega de título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao presidente da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, senhor Ágide Meneguette, no próximo dia 20 de junho de 2002, às 17h00 no plenário desta augusta Casa de Leis.

A concessão do referido título está amparada pela Lei nº 12870, de 29.05.2000 oriunda de nosso Projeto de Lei nº 538/99.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Berlesi, pelo falecimento do senhor Gabriel Berlesi, ocorrido no dia 18 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Riberaci Campoli Berlesi, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Luiz Berlesi, 105 - Jardim Paraná - Colombo - Paraná, CEP 83.412-050.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria José Rebello, irmã da Sra. Maria do Rocio Ribeiro, ocorrido em 14 de março do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muita saudade em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná, pela comemoração de seus 156 anos.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 13 de março de 2002, o Colégio Estadual do Paraná completou seus 156 anos.

Fundado em 1846 com o nome de Licêo de Curitiba, o Colégio possui uma trajetória recheada de histórias e tem o orgulho de por ali terem passado muitos famosos ex-alunos: o ex-presidente Jânio Quadros, o governador Jaime Lerner, o ex-governador Ney Braga, os escritores Paulo Leminski, Cristovão Tezza e Dalton Trevisan, além do artista plástico Poty Lazarotto, os atores Herson Capri e Ary Fontoura - gente famosa que aprendeu ali muitas letras, que os elevaram e levaram a ser o que são.

Dentre histórias e fatos que marcaram a vida do colégio está a visita de D. Pedro II em 1880, quando o imperador esteve em seu prédio. Ainda, a construção de um abrigo anti-aéreo dentro do Colégio durante a II Guerra Mundial em 1944 quando iniciou-se a construção de sua atual sede, que foi inaugurada seis anos depois.

Em 1951, foi criado o grêmio estudantil do colégio e em 1968 foi produzida a primeira experiência do programa educativo de televisão do Brasil: Pingos do Saber. No rádio, o Colégio Estadual do Paraná foi pioneiro ao montar, em 1948, uma emissora com o propósito inicial de ser um clube de radioamadores. Mais tarde essa emissora passou para o governo do Estado e hoje é a Rádio e TV Educativa do Paraná.

Em 1978, foi inaugurado o Planetário e em 1994 o Observatório Astronômico. Com isso, o colégio transformou-se no único estabelecimento de ensino da América Latina a possuir complexo astronômico.

Ao longo de sua existência, o Colégio Estadual já contou com internato e funcionou como escola normal. Hoje, encontra-se conectado à Internet, faz intercâmbios com colégios no exterior e oferece cursos paralelos na

área de informática. Nesse 156 anos muita coisa mudou, mas o objetivo do colégio de construir cidadãos permanece inalterado.

Pela comemoração de seus gloriosos 156 anos, receba o Colégio Estadual do Paraná, através de sua diretoria (Av. João Gualberto, 250 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sistema FIEP, pela comemoração dos 59 anos do Senai.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial está comemorando 59 anos de prestação de serviços à comunidade, através de programas de qualificação profissional e de acordo com as necessidades da indústria.

Pelo Senai, que foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, estima-se em mais de 20 milhões o número de pessoas que participaram de cursos de preparação e qualificação de mão-de-obra, especialização e treinamento, sempre direcionados às necessidades da indústria e suas potencialidades.

No Paraná 1.870.182 pessoas passaram pelo Senai no período de 1943 a 2000, pelas unidades fixas e móveis e a unidade paranaense foi a primeira da América Latina a conquistar o prêmio ISO 9001 nas áreas de educação profissional, assistência tecnológica e ensaios laboratoriais.

Pelo comemoração dos gloriosos 59 anos do Senai, que prestou sempre um importante serviço ao nosso Estado, receba o presidente da FIEP - Sr. Carlos Alberto Gomes de Carvalho (Av. Cândido de Abreu, 266 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro de Educação Infantil Favo de Mel, pela comemoração de seus 08 anos.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil Favo de Mel comemorou seu oitavo aniversário no último dia 27 de fevereiro.

A escola que consolidou-se com destaque no bairro Jardim Social em Curitiba, possui turmas de berçário a pré-escola, para crianças de 0 a 6 anos. São ao todo

60 alunos divididos em 6 turmas, no período da tarde ou período integral. A escola é conveniada ao Sistema Positivo de Ensino e possui um professor por turma, além do professor auxiliar mais os professores para as aulas especiais. Essas aulas são realizadas às quintas-feiras e a escola oferece: aulas de música, artes, informática e ensino religioso, além de aulas extracurriculares de balé, capoeira, futebol, teatro e inglês.

Pela comemoração de seus gloriosos 08 anos, recebe o Centro de Educação Infantil Favo de Mel (Rua Fagundes Varela, 996 - Jardim Social - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 126/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga, é uma instituição educacional, assistencial e beneficente, com objetivo de atender as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, mantendo, para esse fim, unidades de abrigo em regime de internação. Tem ainda a finalidade de educar, assistir e conscientizar a juventude das terríveis consequências do uso de drogas.

Com esta finalidade solicito aos nobres pares desta Casa a aprovação do referido projeto de lei, que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 127/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, foi constituída em 02 de outubro

de 1995. É uma sociedade de caráter civil, sem fins lucrativos, organizada para a prestação de serviços sócio-comunitários e defesa dos interesses dos moradores.

A Associação tem por objetivo, incentivar, organizar, promover, patrocinar e coordenar atividades de caráter social, esportivo, filantrópico, cultural e assistencial entre outras. Visa defender os direitos e interesses dos moradores e da Associação dentro de seu campo de ação, manter intercâmbio, convênios, contratos e acordos com outras entidades no propósito de conceder benefícios aos moradores.

PROJETO DE LEI Nº 128/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Recompensa pela captura de pessoas com mandado de prisão expedido pelo Poder Judiciário do Estado e oriundos de sentenças condenatórias transitadas em julgado.

Art. 2º - A recompensa financeira para a realização de prisão de réu com mandado de prisão expedido pelo Poder Judiciário do Estado, poderá ser ofertada por pessoa física ou jurídica.

Art. 3º - O valor ofertado como recompensa deverá ser depositado no Fundo Estadual de Segurança Pública vedada qualquer forma de utilização dos recursos para finalidades diversas do preceituado na presente lei.

Art. 4º - O valor ofertado como recompensa será pago para a pessoa física ou jurídica que com informações precisas propiciem a efetiva captura do condenado.

§ 1º - O servidor público que preste serviços para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, à Polícia Militar e à Polícia Civil, bem como seus parentes até ao terceiro grau não poderão receber a recompensa.

Art. 5º - A oferta da recompensa poderá ser divulgada pelos meios de comunicação havendo interesse do estipulante, devendo o custo de tais atos correr às suas expensas.

Art. 6º - O estipulante de recompensa e o informante terão seus nomes e dados pessoais em sigilo, vedada a divulgação por qualquer meio.

Art. 7º - O valor da recompensa será pago ao informante em até dez dias úteis a contar da data da captura do condenado.

§ 1º - Não sendo reclamada a recompensa pelo informante em até noventa dias após a captura do condenado o valor desta será incorporado definitivamente ao Fundo Estadual de Segurança Pública.

Art. 8º - A oferta da recompensa deverá ser estipulada com o prazo mínimo de 90 (noventa dias) e máximo de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser renovada a pedido expresso do estipulante.

Art. 9º - Decorrido o prazo da oferta e inexistindo informantes, será efetuada a devolução do valor ao estipulante caso este não manifeste interesse em renovar a oferta.

§ 1º - Caso o estipulante não renove a oferta e não reclame o valor da recompensa no prazo de sessenta dias após o término do período de oferta, o valor da recompensa será incorporado definitivamente ao Fundo Estadual de Segurança Pública.

Art. 10 - Os nomes e os dados das pessoas com mandado de prisão expedidos serão divulgadas mensalmente pelo Diário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 11 - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o artigo 46 da Constituição Estadual, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e possui como objetivo a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A impunidade é um dos males que afeta a nossa sociedade, existindo cada vez mais um clamor dos nossos cidadãos pela efetividade da punição aplicada pelo Poder Judiciário, posto que, somente assim, estar-se-á atingindo os objetivos do Estado de prevenção e repressão da criminalidade.

Não é suficiente para a sociedade saber que um criminoso foi condenado, mas saber que este vai cumprir a pena que lhe foi imposta, sendo este o ponto fundamental da repressão da criminalidade: a certeza da punição.

Todavia, o Governo tem se mostrado incapaz de levar a efeito todas as obrigações que lhe são impostas, sendo a segurança pública um dos setores mais afetados pela falta de estrutura do Estado.

Assim, a impunidade passou a ser uma realidade constante em nossa sociedade.

Espera-se com a presente lei contribuir para a mudança desse cenário, tornando nossa sociedade cada vez mais justa e segura.

PROJETO DE LEI Nº 129/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Unidos com Cristo (CRUC), com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Unidos com Cristo (CRUC), com sede e foro no município de Maringá, entidade que desenvolve programas de recuperação de doentes do álcool, da droga e de outras dependências, sem distinção de raça, cor, condições sociais, credo político ou religioso; e, ainda, a criação e manutenção de um estabelecimento para desintoxicação.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 02 de agosto de 2000, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 130/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis, com sede e foro em Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Missionária Evangélica Oásis, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educativo, filantrópico, cultural, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos enviar missionários a outros continentes e outros países, prestando assistência social, socorro, distribuindo livros teológicos, promover e dar assistência de evangelização nas igrejas, promover o desenvolvimento musical e cântico, promover palestras culturais, teatros e encontros.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 131/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família

e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro em Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, é uma entidade jurídica, de direito privado, que tem como objetivos: defender a garantia dos direitos humanos, orientar, instruir e informar sobre os deveres, a participação nas ações comunitárias, o exercício da cidadania, incentivar o fortalecimento da família, tendo a mulher como referência ativa na sustentação do núcleo familiar, incentivar ações de incentivo à profissionalização e geração de rendas, sendo uma associação sem fins lucrativos.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 132/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o passe escolar, nas regiões metropolitanas, do Estado do Paraná.

§ 1º - O passe escolar metropolitano estende o benefício aos alunos matriculados em escolas de ensino regular de 1º, 2º e 3º graus, com a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa, consubstanciada no fornecimento de 02 (dois) vales-transportes diários, para a utilização no transporte coletivo de passageiros, durante o período letivo.

§ 2º - Aos beneficiários, será concedido o passe escolar, desde que, comprovada a respectiva faixa salarial de até 03 (três) salários-mínimos e o local de residência.

Art. 2º - Para a obtenção do passe escolar metropolitano, o aluno deve cadastrar-se junto à Prefeitura Municipal da sua cidade.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Em nosso Estado, está crescendo o número de alunos que diariamente desloca-se para outras cidades, para estudar em escolas de ensino regular de 1º e 2º graus e até universidades.

Vale ressaltar, que a Constituição Estadual dispõe sobre a educação, que é direito de todos e dever do Estado e da família. Com a colaboração da sociedade será promovida e incentivada, visando o desenvolvimento e o preparo da pessoa, para sua qualificação no trabalho e no exercício da cidadania.

Entendemos da importância da educação, bem como, do interesse das famílias para que seus filhos estudem, na esperança de um futuro promissor. Porém, algumas dessas famílias não possuem condições financeiras suficientes, para o transporte coletivo de seus filhos para a escola.

Portanto, visando amenizar as despesas com a educação da família paranaense, esta proposta do passe escolar metropolitano, contribuirá de maneira significativa com os jovens paranaenses, proporcionando-lhes a oportunidade de estudar, sem prejuízos futuros, impedindo-lhes da continuação de seus estudos.

PROJETO DE LEI Nº 133/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de André Antônio Maggi, o complexo de pontes de Porto Camargo, que liga o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2002

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

O complexo de pontes tem como finalidade viabilizar o escoamento de soja do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o Porto de Paranaguá.

Conforme Lei nº 11.116 de 1995, o senhor André Antônio Maggi recebeu o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Iniciou suas atividades no município de São Miguel do Iguaçu; foi responsável pelo desenvolvimento agrícola do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tornando-se o maior produtor de soja mundial, razão pela qual foi titulado como o rei da soja.

André Antônio Maggi, nasceu em Torres, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 03 de janeiro de 1927, sendo filho de Antônio André Maggi e Carolina L. Maggi.

Casou-se no ano de 1952, com Lúcia Borges Maggi, sendo que dessa união tiveram 5 filhos, já sendo avós de 14 netos.

No ano de 1955, mudou-se com a família para São Miguel do Iguaçu-PR, para trabalhar como administrador da Serraria São Pedro Ltda, de propriedade da colonizadora Gaúcha Ltda, no ramo madeireiro.

Em 1967, fundou a Serraria São Vicente Ltda, naquele município, e em 1973, a empresa Patrulha Meca-

nizada Macol Ltda, já que havia começado a era da mecanização de terras para a agricultura naquela região, principalmente para soja e milho.

No ano de 1977, fundou a empresa Sementes Maggi Ltda, investindo na Agricultura, na compra de soja e na produção de sementes, quando em 1979 começou a investir também no Mato Grosso, na plantação de soja e na criação de gado, no município de Rondonópolis. Posteriormente, vendo a necessidade de comercialização de soja naquele Estado, em 1982, foi aberta uma filial de Semente Maggi Ltda.

Denominando seu nome ao complexo de pontes Camargo, queremos homenagear na pessoa de André Antônio Maggi, em memória, toda uma classe de homens abnegados que, com destemor e espírito desbravador e humanitário, não medindo esforços em colaborar em tudo que for útil e necessário ao desenvolvimento e ao bem-comum, pois jamais se preocupou só consigo, mas com todos.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 134/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Art. 2º - Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acen-tuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º - o referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º - O plebiscito e o referendo deverão ser convocados por meio de projeto de resolução subscrito pela maioria simples dos deputados estaduais.

Art. 4º - Aprovado o ato convocatório, o presidente da Assembléia Legislativa dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I - fixar a data da consulta popular;
- II - tornar pública a cédula respectiva;

III - expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 5º - Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 6º - O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 7º - O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 8º - A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 9º - A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Assembléia Legislativa, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual.

§ 1º - O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º - O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembléia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 10 - A Assembléia Legislativa, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 9º e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante às normas do Regimento Interno.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 2º da Constituição Estadual ainda não foi regulamentado por esta Casa de Leis, fato que impede o exercício regular de um dos pilares da democracia: a soberania popular.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 1º, § 1º.

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O exercício direto do poder pelo povo se faz justamente através do exercício do direito à convocação de plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular.

A regulamentação dos direitos previstos respectivamente no artigo 14, da Constituição Federal e artigo 2º da Constituição Estadual é de grande importância para a sociedade, tendo em vista que determina os requisitos necessários para o exercício dos direitos ali previstos, prestigiando o Estado Democrático de Direito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Volto novamente, ao assunto que falamos ontem, no qual a presença do governador em nossa cidade de Ponta Grossa, naquele episódio inusitado onde dez a doze quadras foram isoladas para que S. Exa. o governador, tivesse a tranqüilidade que não dispõe, pelos atos que pratica contra a população do Paraná e principalmente contra os professores, tivemos relatando o que ocorreu. Mas, senhor presidente e senhores deputados, hoje, no ponto de vista de Gonçalves de Castro do jornal Diário da Manhã, refere-se o jornalista Altair Ramalho, em sua coluna Revelações, que o major Durval Japeaçu, sub-comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar, deixou de cumprir determinações de um coronel lotado na Casa Militar do Palácio Iguaçu, no sentido de dispersar a qualquer custo os manifestantes que se postavam na Praça Barão do Rio Branco, em frente ao Colégio Regente Feijó, na sexta-feira, em protesto à visita do governador Jaime Lerner.

Na verdade, o major Japeaçu, que é de Ponta Grossa, teria chegado para os manifestantes e dito que nada faria contra eles em termos de violência, até porque são colegas de sua esposa, que é professora. Dito isso, pediu que colaborassem com o seu trabalho no sentido de evitar um confronto que seria desastroso para todo mundo. Em seguida, em uma pequena roda, ele apontou o tal coronel que serve na Casa Militar do Palácio Iguaçu e que estaria pressionando a agir de outra forma, solicitando inclusive a um assessor do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que fizesse ciente o deputado de tais acontecimentos, de modo a prevenir algum ato de punição, partindo do comando da Polícia Militar.

Quero dizer neste instante, com a presença do deputado Plauto Miró Guimarães, que se alguma coisa

for feita contra o major Durval Japeaçu, sub-comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa, é porque ele não cumpriu uma ordem absurda de um coronel despreparado para a função que ocupa, com a patente que possui junto à Casa Militar do Palácio Iguaçu. Fato esse que torno público ao comitê de imprensa aqui credenciado, da maneira pela qual a Casa Militar quer tratar os manifestantes, seja em minha cidade de Ponta Grossa ou seja em todo o Estado do Paraná.

O governador Jaime Lerner deveria exonerar esse coronel que presta serviço na Casa Militar, porque se cumprida as suas ordens - do coronel - a história da Praça Barão do Rio Branco teria se transformado em uma praça de guerra com repercussão nacional. Repercussão nacional negativa ao Governo do Estado e, em especial, à figura política do governador. De outro lado, o governador Jaime Lerner deveria enviar cumprimentos ao major Durval Japeaçu, pela maneira profissional, correta com que se portou, preservando o respeito da Polícia Militar e o prestígio do governador do Estado. Isso está transcrito em um jornal; é um jornal realmente de tendência, acredito, do governo, onde Plauto, onde todos os homens ligados ao governo têm realmente o respaldo neste Diário da Manhã. E acredito que agora se partir alguma punição ao major Japeaçu, que usou de bom-senso, de equilíbrio e principalmente de racionalidade na operação a ser feita, merece, como está merecendo nesta oportunidade, o cumprimento deste deputado e acredito, desta Casa, porque evitou que um despreparado coronel, que mais se parece com a Gestapo do tempo de Hitler, queria realmente fazer com que ordens absurdas fossem cumpridas, coisa que o major realmente não acatou e não o fez, e merece de todos nós o cumprimento pela cordialidade da ação que desenvolveu na Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa.

Segundo assunto, senhor presidente, também no jornal, transcrito:

“Técnicos da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, iniciam na próxima semana, estudos para a criação do Plano de Cargos e Salários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Depois de reduzir o número de funcionários para menos de seiscentas pessoas, trabalho iniciado pelo antecessor, presidente Nelson Justus, o presidente atual da Assembléia, deputado Hermas Brandão, quer implantar, junto com a Mesa Executiva, esta novidade, até o fim desse semestre.”

Cumprimento o ilustre presidente Hermas Brandão, transcrita no jornal e que acredito poderá realmente se efetivar dentro das possibilidades que a Mesa Executiva e que a presidência possa identificar.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, na tarde de ontem, o ilustre deputado Nereu Moura fazia alusão à inauguração da ponte que liga o nosso Estado com o Estado do Mato Grosso do Sul. Quero testemunhar aos senhores deputados e ao Paraná que esta obra realizada e terminada neste governo, foi iniciada e projetada no governo de Álvaro Dias. E tenho a oportunidade de

falar, nesta ocasião, que a parte mais onerosa, e parte de maior dificuldade, aquele elogio que o ilustre deputado Durval Amaral fazia quando se referia às sapatas, no terreno turfoso, na parte alagadiça, foi realmente no governo Álvaro Dias que essas partes foram projetadas, implantadas e executadas. Os governos que sucederam Álvaro Dias, infelizmente não deram a seqüência devida, porque se tivessem dado, essa ponte teria sido terminada há muitos anos atrás.

Mas, aproveito o episódio da ponte: quando o deputado Durval Amaral iniciava a sua vida pública, ele trabalhava na Secretaria das Finanças, junto ao atual deputado federal Haully, e era o Durval Amaral, aquela pessoas simples, como é até o dia de hoje, como Líder do Governo, que levava até o governador Álvaro Dias, os prefeitos, as reivindicações e as posições administrativas do interior do Estado. Durval, pela sua competência, principalmente pela perseverança do propósito de vencer, se tornou e é hoje, um deputado atuante e de olhos voltados sempre ao interesse do Estado do Paraná.

Podemos ter oposições diferentes, deputado Durval Amaral, quando V. Exa. defende com brilhantismo a posição administrativa do Estado. Nós questionamos alguns fatos: a política do Paraná, às vezes, não atende na sua totalidade a nossa população. Mas uma coisa é certa: essa ponte é testemunha do seu valor, do seu trabalho, junto ao governador Álvaro Dias. Foi das suas mãos que partiu a iniciação do processo, junto com o ex-governador e atual senador, vários milhões de dólares implantados nas sapatas, nas sustentações dos pilares, na movimentação do que era mais difícil, que era a projeção estrutural daquela ponte. E tem na sua pessoa o testemunho daquilo e das palavras que estamos dizendo.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni, que em todas as oportunidade, conosco participa das posições que tomamos, seja contra ou a favor. Em seguida, o deputado Nereu Moura.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, eu, pela admiração que tenho por V. Exa., não pedi um aparte. Eu estava apenas prestando atenção no seu pronunciamento, a história dessa importante obra que foi inaugurada e iniciada no governo Álvaro Dias.

Agradeço pela bondade de V. Exa. com minha pessoa. Permita-me acompanhar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Com muito bom gosto, nobre deputado.

Concedo um aparte ao nobre deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Luiz Carlos Zuk, apenas quero parabenizar V. Exa., por trazer complementos ao pronunciamento que fizemos ontem. Quem começou esta foi o governador Álvaro Dias, paralisando em seu governo, em 1999. A

obra ficou um ano paralisada no governo Álvaro Dias e não teve seqüência no governo do senador Requião, que teve outras prioridades, como a Ferroeste, construída com recursos do Tesouro, que era tão importante quanto a ponte de Porto Camargo.

A duplicação para Guaruva, também uma obra construída, iniciada no governo do senador Requião, a ponte de Guaíra, que naquele momento estava paralisada. Como foram obras construídas com dinheiro do Tesouro do Estado, não dava para tocar todas ao mesmo tempo. Esta obra não teve seqüência no governo Requião.

Quero parabenizar V. Exa. pelo dados que trouxe, ao pronunciamento que fizemos ontem.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado Nereu Moura.

Concedo um aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Quero cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e agradecer a forma e a maneira respeitosa e elogiosa que se refere à nossa pessoa e dizer, deputado Zuk, com todo o respeito, que essa obra magnífica é uma obra que ficará registrada na história do Paraná e do Brasil, como uma obra da integração da Região Centro Oeste do Paraná e ao Porto de Paranaguá, dando o escoamento de toda a safra. Fazendo justiça, porque foi idealizada no governo Richa, iniciada no governo Álvaro Dias e concluída no governo Jaime Lerner. É uma obra da maior importância para o Paraná e para o Brasil.

V. Exa. demonstra, neste momento a grandiosidade de espírito e de vocação parlamentar, de reconhecer no governador Jaime Lerner o grande empreendedor que é, por concluir essa obra tão importante para todos nós, paranaenses.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado Durval Amaral, cumprimentando-o também por sentar-se ao nosso lado.

É a iniciação realmente daquilo que nós preve-mos. V. Exa., ilustre deputado Durval Amaral cumprimento o lado da sua sentada na tarde de hoje, já é uma amostra de que vamos participar da mesma posição que é o governo do Estado, e V. Exa. sempre tem um lugar porque sempre olha o interesse do Estado acima de qualquer outro.

O Sr. Durval Amaral

E a propósito deputado Zuk, eu já convido V. Exa. a seguir a orientação do líder e passe desde já a acompanhar a nossa orientação votando conosco.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço e quero que V. Exa. some realmente sempre com o Estado do Paraná como tem somado e irá somar no futuro governo que acredito será Álvaro Dias.

Concedo o aparte ao ilustre parlamentar Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Zuk, acho que esta obra fez a felicidade do Mato Grosso e também ela é importante para escoar a nossa produção a caminho do Porto de Paranaguá, agora, feliz mesmo deve estar a imprensa do Paraná, porque o governo está gastando talvez tanto quanto a obra em publicidade e propaganda. Não tem um canal de televisão que você ligue, não tem um jornal que você leia que não esteja lá; até o cidadão mais simples já está sabendo, então, chega de publicidade, porque já foram, afinal de contas, 109 milhões de publicidade e propaganda, representando 2,5% da receita bruta do Estado.

Deputado Zuk, sabe o que é 2,5% da receita bruta do Estado em publicidade e propaganda. Imaginou, V. Exa. pode imaginar o que significa 134 milhões de dólares em um ano de publicidade e propaganda.

Então, eu acho que, aproveitando o aparte que V. Exa. me concede e com certeza que tem emissário do governo para que pare com essa propaganda. O povo está precisando de segurança, está precisando de água na casa, apenas 34% das residências com água no Estado do Paraná tem esgoto, apenas 21% das indústrias no Estado do Paraná tem esgoto, o resto vai embora, enfim dos órgãos públicos do Estado do Paraná apenas 28% tem tratamento de esgoto, e nós gastamos no Estado 134 milhões de dólares de publicidade e propaganda. Assim caminha a humanidade!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, agradeço os apartes e encerro dizendo o seguinte: aqui nesta Casa nós temos diversos funcionários competentes para elaborar o tão sonhado plano de cargos e salários. Eu acredito que numa brevidade até de poucos dias, sem a necessidade realmente de uma contratação que possa custar caro a esta Casa. Nós dizemos à Mesa Executiva e principalmente ao deputado Hermas Brandão, que todos nós acreditamos nessa Mesa, e os funcionários acreditam ainda mais que isso possa ser uma realidade.

Agradeço a oportunidade e desejo que outros governadores que irão suceder o atual governador façam com que todas as obras iniciadas e que vão ao encontro com a aspiração da família paranaense sejam elas concluídas como foi essa ponte iniciada no governo Álvaro Dias e terminada no atual governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT.

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero neste momento parabenizar a Mesa Executiva desta Casa, que merecidamente apresenta um projeto concedendo gratificação de 100,00 reais aos funcionários desta Casa, um projeto muito bem feito e os funcionários realmente merecem.

Por isso, parabenizamos a Mesa Executiva. Quero me deter ao projeto que nós votamos no dia de ontem e devemos votar novamente hoje. O Projeto nº 31/2002, do Executivo, do qual concede uma gratificação de 100,00 reais a todos os funcionários efetivos.

Neste sentido, nós entendemos que o projeto, da forma que ele está, vai contemplar apenas 23 mil funcionários, ou seja, apenas 23 mil servidores.

Nós da Bancada do PT apresentamos no dia de ontem, uma emenda aonde ele estende um pouco mais e vai contemplar os 176 mil, servidores do Estado.

Essa emenda prevê que a gratificação se estenda para todo o quadro celetista, para todos os aposentados e pensionistas. Desta forma, com certeza esse projeto vai estar mais contemplado e o Governo poderá então, realmente atender às grandes reivindicações, ou uma grande reivindicação que é dos servidores do Estado, que seria um salário um pouco mais justo.

Gostaria até de fazer esse cálculo e gostaria que os senhores deputados observassem levando em conta a Receita da Corrente Líquida do ano de 2001 que foi de 251 milhões 737 mil, se fizermos análise de que a estimativa é de que essa receita tem um aumento de 10% o governo poderá, na nossa emenda apresentada ontem, repassar essa gratificação de 100,00 reais a todos os funcionários e vai ocupar apenas 2,07% da Receita Corrente Líquida.

Senhores deputados, tendo em vista que isso não vai onerar os cofres do Governo, é que nós da Bancada do PT apresentamos essa emenda e pedimos aos senhores deputados que votem favoravelmente pois os nossos servidores do Estado merecem. Com certeza é a grande preocupação de todos os deputados de poder atender bem ao povo paranaense.

Não podemos votar um projeto da forma que está o projeto do governo, porque estaremos atendendo uma minoria, apenas a 13% dos servidores do Estado e deixando de atender a grande maioria que mesmo nós votando essa emenda que vai contemplar a maioria dos funcionários ou quase os 100% dos funcionários, nós não estaremos onerando o Estado em praticamente nada, tendo em vista a projeção que o próprio governo faz no aumento de 10% da Receita Corrente Líquida.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputada Luciana Rafagnin, V. Exa. tem o nosso apoio para a sua emenda e esse foi inclusive o comportamento que tivemos ainda a pouco: deputado Orlando Pessuti, deputado Marcos Isfer e deputado Algaci Tulio, quando na CCJ o relator das emendas, deputado Ademar

Traiano, relatou pela inconstitucionalidade da emenda de V. Exa. e de outros parlamentares.

Naquela oportunidade fizemos chegar ao conhecimento dos demais membros um documento que nos foi passado pela assessoria do deputado Anibelli, onde a Secretaria da Administração, em consulta feita pelo deputado Anibelli em favor do servidor José Pedro de Lima, o secretário diz que a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Decreto nº 3471 veda melhorias salariais ou alterações funcionais de caráter isolado. A própria secretaria reconhece que a melhoria salarial ou qualquer benefício de forma diferenciada não tem amparo.

A própria Constituição já fala disso.

Por essa razão, no momento em que discutíamos na CCJ, eu, o deputado Algaci Tulio, e o deputado Isfer, votamos contrários ao parecer oferecido perante a CCJ pelo deputado Traiano, que relatou pela inconstitucionalidade das emendas, o que não concordamos, porque se inconstitucional for, é a mensagem do governador, porque está desrespeitando os preceitos da legislação vigente em nosso Estado.

Por isso, tem razão V. Exa. que esse benefício, que é um benefício insignificante, longe daquilo que merecem os servidores do Paraná, se for para ser aplicado, tem que se aplicado para todos os servidores de todos os poderes e órgãos desses poderes, sejam eles ativos ou inativos, sejam estatutários ou celetistas, porque a própria legislação assim estabelece.

Parabéns pela emenda e tenha o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Agradeço o aparte do deputado Pessuti.

É lamentável que a gente não tenha a compreensão. Não é a nós, mas sim para quem vai padecer por causa dessa decisão de dizer que isso é inconstitucional e dar parecer contrário. Na verdade, quem vai sofrer com isso é o servidor, mas pelo que V. Exa. coloca, com certeza, todos os servidores têm o direito de entrar na justiça e requerer essa gratificação porque estão amparados pela lei. É lamentável, porque nesse cálculo que fizemos, não vai alterar em nada. Apenas vai usar 2% da Receita líquida e no entanto o governador, só no ano passado, usou 12% da receita para gastos em propaganda e se nega a usar 2% dessa receita para poder dar uma gratificação aos servidores que estão há mais de oito anos esperando por um reajuste salarial e por um salário mais justo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, no Horário do PMDB ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria de comunicar e até mesmo encontrar sugestões desta Casa, porque acredito que na realidade de corregedor da Assembléia, nós tenhamos que solicitar o comparecimento do corregedor da Polícia Civil, para que nos diga em quantas anda o inquérito investigatório pelo assassinato do deputado Tiago Amorim.

Não cabe a nós, como deputados, sabermos quais as razões que envolveram o assassinato do deputado Tiago Amorim. Isso compete, evidentemente à polícia e na sequência, irá ser de competência do próprio judiciário, no andamento dessa questão.

A nós cabe, como parlamentares, saber que houve um assassinato de um parlamentar ao sair de sua casa e isso não pode ficar assim. Se não formos capazes de defendermos que haja um esclarecimento sobre o assassinato de um colega, então corremos o risco de permitirmos que qualquer pessoa, em qualquer instante venha a praticar ato semelhante. E a coisa fica o dito pelo não dito. Faz 90 dias que este fato aconteceu e é a terceira vez que se prorroga as investigações, não se tem conhecimento e quero dizer ao senhor presidente e aos senhores deputados, que já tive conversando com o delegado-chefe e com o corregedor da Polícia Civil, pedindo que nos dissessem a quantas está essa questão.

Há um mês, mais atrás. E o que vi no jornal hoje, foi de que há prorrogação da investigação.

Eu sei, senhor presidente, senhores parlamentares que é uma investigação difícil. Os fatos que envolveram esses assassinatos são complicados. Agora, se é complicado para a polícia local levantar os fatos, que se ponha alguém de fora para esta investigação. Que se designe um delegado estadual que não seja da Região Oeste e Sudoeste, ou se peça apoio da Polícia Federal. Faça-se, enfim, alguma coisa para que esse inquérito ande e tenhamos uma solução desse fato, que, sinceramente, não pode continuar assim, sob pena da Assembléia não ser nem sequer solidária com um membro seu que foi assassinado.

Com aparte o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Caíto, agradeço. Convivi aqui com o deputado Tiago como companheiro e vi mais ou menos a vida dele, que a própria imprensa mostrou. Ele era um menino pobre que foi garçom, de repente se deu bem no rádio. E com vinte e poucos anos elegeu-se vereador de Cascavel, depois com trinta anos chegou aqui. Hoje, os pais estão com um problema muito sério com a maioria absoluta dos filhos; tem filho aí quase chegando aos 40 anos e estão adolescendo. Ele assumiu uma responsabilidade. Foi candidato a prefeito de Cascavel, e agora estão passando uma imagem de que o bandido era ele, no português claro, e que tá tudo bem, já tá acertado!

Só que tenho conversado com muita gente do Oeste, muita gente, inclusive da cidade de Cascavel e todo mundo fala que foi a polícia que matou. Agora, deputado que é conhecido como corporativista, não vi

aqui, ainda, pronunciamento forte no sentido de defender - não especificamente o passado do cidadão Tiago Amorim que foi nosso companheiro, foi deputado, o mais votado da história de Cascavel. Agora, o que mais me deixa preocupado, e aí queria invocar o senhor presidente, é com a banalidade da morte. É banal: morreu, morreu e acabou! E vou dar um depoimento público, aqui, a minha filha está fazendo o 5º ano de Direito, perguntou-me casualmente, no domingo na hora do almoço: “mas que banalidade a vida de vocês, deputados, em pai? Daqui a pouco perco o meu pai e fica por isso mesmo”. Evidentemente que estou rogando a Deus que não aconteça isso, mas também estamos sujeitos a uma coisa dessa. É questão da banalidade. A vida não tem valor. Morreu- morreu - como diz o mineiro - e escafedeu.

Acho que a Assembléia tem que tomar uma posição nesse sentido, para que aqui a vida não seja banalizada.

Nós estamos acostumados a ver a situação da segurança - que não é a questão específica do Paraná, mas do Brasil inteiro, morrem milhões de pessoas. São Paulo no final de semana é uma loucura, Rio de Janeiro também e a morte está banalizada como se fosse normal.

Olha deputado, a vida é o bem jurídico de maior valor. E quando se perde alguém que tem a credibilidade como tinha o deputado Tiago na sua comunidade, jovem, com 30 anos de idade chegou aqui como deputado, perdeu a vida daquela forma. Vai se ficar dentro da banalidade? Aí então a gente passa, realmente a não acreditar em nada.

Então, quero assinar junto com V. Exa. se o deputado Tiago tinha culpa no cartório. Então que a polícia faça a investigação e mostre: oh! Era bandido! Está bom. Então pelo menos, é um resultado. Agora ficar à boca pequena, nego esfregando o umbigo no balcão dizendo que foi a polícia que matou e ele está passando por mau. Acho que no mínimo aqui, se esta Casa tiver dignidade, vai ter que cobrar uma posição. Isso me deixa indignado, a gente não dar valor à vida.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, eu gostaria que o deputado Valdir Rossoni concluísse o minuto que me resta para encerrar porque o deputado Tiago era do seu partido.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu quero dizer a V. Exa. que, como presidente do PTB minha primeira atitude foi pedir ao secretário da Segurança que colocasse no caso e pedisse a intervenção da Polícia Federal. Isso porque nós achávamos e achamos ainda que teria que ter a Polícia Federal no caso para isenção das investigações. Porque quem esteve presente no dia do velório do deputado Tiago e na conversa que tivemos com os familiares, eu não conhecia a família do deputado Tiago e nem a sua vida particular, mas tinha uma boa convivência, aqui nesta Casa, com o deputado Tiago Amorim. Pelo que ouvi lá e pelos indícios que

tinha e que corria no meio da população de Cascavel eu achava e acho que a possibilidade da Polícia Federal, no caso, eximiria ou tiraria a responsabilidade da Polícia do Paraná. Porque hoje não tem uma pessoa em Cascavel, que não diga que tem a participação da Polícia do Paraná neste caso. Então, com a participação da Polícia Federal seria uma forma do secretário da Segurança fazer uma investigação transparente para a população paranaense.

Continuo com a mesma posição, reitero o meu pedido e acho que a melhor atitude que esta Casa poderia ter, neste momento seria pedir que a Polícia Federal entre no caso para que tenha uma investigação transparente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço o seu aparte, lamento, deputado Chab, não poder conceder o aparte e gostaria que o próprio presidente tomasse a iniciativa, em nome do Poder, pedir que tenhamos para muito em breve, a presença aqui, da Polícia Civil, para nos explicar sobre o fato.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, dado ao tempo não pude apartear o deputado Caíto Quintana mas gostaria de dar uma sugestão a esta Casa, que nós, a Presidência, a Mesa Executiva, elaborássemos uma solicitação para pedir a intervenção da Polícia Federal. Acho que a colocação do deputado Rossoni é clara, a colocação do deputado Caíto Quintana também é muito clara, porque paira sobre uma instituição, pessoas dessa instituição a autoria do possível crime, do assassinato, no caso que sejam membros da instituição seriam prováveis autores.

Acho que esta questão se aprofunda muito e acho que a Mesa Executiva da Assembléia, neste momento, teria que solicitar a Polícia Federal na investigação. Eu coloco isso nas mãos da Mesa Executiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PFL concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares:

Quero aproveitar o horário da liderança do PFL para dar aqui um realce maior a essa reportagem, feita pela Gazeta do Paraná, publicada no dia de hoje, 19 de março de 2002, que trata sobre um problema que temos aqui, à nossa frente, há muito tempo, que é a obra paralisada do Fórum da nossa cidade de Curitiba.

(Lê):

“A cada dia que passa, os prejuízos aumentam. A população está exausta.

O Centro Cívico, em Curitiba, Capital do Paraná, região de referência para todos os paranaenses e visitantes, não precisa mais continuar ostentando o esqueleto do prédio que se destinava a receber parte do Poder Judiciário. O presidente do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro,

já divulgou o relatório de auditoria, confirmando que não existem mais quaisquer óbices legais para se definir uma solução para o Fórum de Curitiba, seja pela conclusão das obras ou pela demolição. Iatauro, em artigo assinado na Gazeta do Povo, no dia 08 de março, demonstrou que as obras iniciadas em 1981, já “esterilizou o equivalente a quase 13 milhões de reais”, numa sucessão de acontecimentos e erros, identificados em defeitos de construção, mudança de governo, diferenças interpretativas de projeto, ações judiciais, desentendimentos administrativos.

A reação que a Gazeta do Povo assume com toda disposição, não pode mais ser retardada. A cada dia que passa, os prejuízos aumentam. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Vicente Troiano, já recebeu o relatório do Tribunal de Contas, convocou o Instituto de Engenharia do Paraná e o nomeou uma comissão de desembargadores para analisar o caso. Qualquer que venha a ser a decisão, o Tribunal de Justiça, com missão primordial de prestação da Justiça, terá dificuldades em encontrar recursos para a conclusão das obras, cabendo ao governo do Estado a solução econômica.

A opinião do presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro, é clara e merece a reflexão das autoridades. Disse ele, através da Gazeta do Povo que “o Fórum de Curitiba não pode e não deve se perpetuar como um monumento ao desperdício, pois, na prática, traduziria ofensa e desconsideração ao povo e às autoridades judiciárias do Paraná. Não é possível correr o risco de o Fórum tornar-se atração turística. É preciso combater a arrogância, a lenga-lenga, a burocracia e a transferência de responsabilidade. Não dá mais para postergar. As coisas que precisam ser realizadas reclamam tempestividade, urgência, afirmou Iatauro.

As centenas de notícias sobre esqueleto do Fórum na Gazeta do Povo, a repetição de denúncias, reclamações para retomada das obras, chegaram à exaustão. Rafael Iatauro soube traduzir exatamente esse sentimento: “Afinal a população está exausta com a irresponsabilidade fiscal e as incongruências do Poder Público em geral. Exige e quer coisas simples, como o planejamento, firmeza de atitudes, ações concretas, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento. É muito? Não. O mínimo que se espera de um Estado comprometido com a verdade e à cidadania. O Fórum de Curitiba é solução e não problema,” disse ele.

Eu para completar, digo também: esta Casa, aqui, já muitos pronunciamentos aconteceram e acho que o momento é oportuno, porque os entraves legais desapareceram. Agora, é preciso uma ação enérgica para que tiremos deste cenário de Curitiba, que é a grande capital do sul do País, exemplo para todos nós de um laboratório de boas ações, bons exemplos, em todas as áreas, principalmente na área do urbanismo, área arquitetônica, nos seus costumes e nos seus hábitos. Curitiba é copiada no mundo inteiro. Agora, este entrave que está aí, todos os dias nos deparamos e sentimos o empobrecimento do

nosso amor para conosco mesmos e para com nossa Capital.

É preciso que tomemos uma atitude enérgica e terminemos esta obra, para que Curitiba, deixe de ter esta mazela a espelhar incompetência e também até certo ponto vícios de administração.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede e como membro da Comissão de Inquérito presidida pelo deputado Duílio Genari e secretariada pelo deputado Eli Ghellere, gostaria de dizer que estas são as conclusões desta Comissão, também. Mas, é muito claro, neste momento: o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado devem sentar-se e definir o que vão fazer naquele prédio. Só falta esta definição: que uso será dado. Porque dependendo do uso que seja dado, os investimentos são muito menores que aqueles previstos.

Naturalmente ali já não comporta mais o Fórum, não comportaria mais, nos dias de hoje, esse prédio se já estivesse pronto, não comportaria, uma vez que o Fórum já ultrapassou a necessidade daquele espaço físico.

Agora, realmente, há necessidade do Governo do Estado e do Tribunal de Justiça definirem, efetivamente, a que aquele esqueleto vai se prestar e em seguida isto ficar pronto, porque é um demérito à cidade de Curitiba, mas principalmente uma grande demonstração do desperdício do dinheiro público.

Muito obrigado.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Divanir Braz Palma, em Porto Alegre tem um trem aéreo de 1km pronto que está lá hoje para o turista e o visual. É o mesmo projeto que a prefeitura de Curitiba quer fazer aqui, o metrô.

Vão fazer 500m, 800m e vai ficar lá como está em Porto Alegre, espelhado.

O Tribunal de Contas tem a obrigação de acompanhar a aplicação dos recursos públicos do Estado, não depois vir a público para cobrar soluções de obras paradas. O Tribunal de Contas existe para fiscalizar o Executivo, assessorando a Assembléia Legislativa, não deixando a obra superfaturada acontecer e depois vir à mídia fazer média.

Temos que fazer cada um a sua parte. Falta neste caso específico uma ação desde 1º de janeiro do exercício financeiro do governo até o final, respaldando esta Casa com informações porque tem lá os engenheiros que nós não temos aqui, tem, contabilistas que nós não temos aqui, auditores.

E só tem 3 poderes no Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. E o Tribunal de Contas deve antes de manifestar a sua opinião informar esta Casa o caso específico.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Para encerrar, o assunto é polêmico, só que a Assembléia Legislativa já se pronunciou muito e mais uma vez nós estamos nos pronunciando.

Quero dizer que com relação ao Rafael Iatauro, não tenho procuração para defendê-lo, apenas citou aqui que o relatório está terminado, não existe óbice nenhum mais legal com relação à obra. Pode ser demolida, pode ser concluída, seja lá o que for.

O que nós precisamos é tirar do cartão postal de Curitiba este mostrengo que está aí em frente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB, PTB.

(Declinam)

PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Hoje pela manhã fui surpreendido com uma informação na televisão; a Universidade Estadual de Campinas reuniu um grupo de técnicos para fazer uma avaliação do projeto do governo federal que trata de implementação de usinas termelétricas.

E o resultado dessa avaliação feita pelos técnicos da Unicamp surpreende, e o que surpreendeu mais ainda foi a correlação do resultado apurado pelos técnicos, vendo a semelhança acontecendo no Paraná.

Olhe só a questão da compra de energia termelétrica vai custar ao país 8 bilhões de reais. Só para ter a garantia do fornecimento. Comprando ou não custará 8 bilhões e caso o governo efetive a compra deste serviço de energia elétrica, nós teremos no mínimo mais 8 bilhões que custarão aos cofres públicos da nação.

Somados serão 16 bilhões de reais. Se nós fizermos o seguinte raciocínio de que uma Itaipu deve custar em torno de 50 bilhões de reais, com 16 nós teríamos condições de construir a cada ano 1/3 da capacidade instalada de Itaipu. Mas não foi isso que mais me preocupou que o custo da energia demonstrado pelos técnicos da Unicamp é muito maior do que se o governo viesse comprar, e instalar estas mesmas usinas.

O que guarda semelhança em relação ao Paraná é que nós, o Estado tendo energia de sobra, compramos também energia no mesmo sistema através da Ciem - Companhia de Interconexão de Energia do Mercosul. A mesma prática foi colocada lá. Mostrando que há uma declarada intenção em mal versar o recurso público. Porque, se nós enquanto produtores excedentes de energia tínhamos 80MW de energia, e, agora a Copel está a comprar e a contratar energia termelétrica, estaremos incorrendo no mesmo custo, com as mesmas dificuldades e com os mesmos prejuízos provocado a nível nacional.

Essa é a preocupação que trago. É só olhar os relatórios dos técnicos da Unicamp, liderado pelo Gustavo Sauer, um dos maiores conhecedores de energia elétrica

do país, que mostra que o caso é de uma administração temerária.

Por isso, mais do que nunca esta Casa, mesmo passado o momento da venda da Copel, precisamos ir a fundo para verificar os contratos estabelecidos pelo atual governo em nome da Copel. Porque ela vai provocar, para o futuro, o mesmo rombo que hoje se verifica a nível nacional nos contratos adquiridos.

Mais um detalhe: o artigo 67 do termo de contrato firmado entre a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, mais o contrato firmado entre a Companhia de Energia Emergencial, na sua cláusula 67 tem a mesma cláusula de segredo. Aquela cláusula que não pode ser publicado o contrato. As mesmas condições que encontramos na Siem, na Tradener e em todas as outras que fizeram contrato com a Copel.

Esta é a nossa preocupação. Nós que tivemos o prazer de ver a Copel mantida enquanto empresa pública, não podemos perder a dimensão deste problema.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança de Oposição.

(Declina)

Queremos registrar a presença do prefeito de Toledo Derlir Donin, por solicitação do deputado Duílio Genari. Fica registrado nos Anais desta Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX E X, do Regimento dos Atos Judiciais e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12204, de 06 de julho de 1998. (Substituição da Frota Oficial do Estado). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução Nº 002/2002, de autoria da Comissão Executiva, que concede gratificação especial de Assiduidade ao servidor público efetivo integrante do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 403/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 403/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, seguimos o mesmo entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Desta forma, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade Estadual de Filosofia, ciências e Letras de União da Vitória, a alienar o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CECE E CTIC E PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 435/2001

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o imóvel que especifica. (*sic*)

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Parece-me de manifesta inconstitucionalidade o veículo, que tem forma de lei “delegada”, face de seus dois artigos regularem apenas o modo de transferência do poder de legislar.

O eminente constitucionalista professor Manoel Gonçalves Filho, sobre o direito anterior esclarece que: “Delegação. A Constituição conserva o princípio da indelegabilidade das atribuições conferidas a cada poder. Torna, porém, relativa essa proibição que era absoluta no

texto de 1946 (artigo 36, § 2º). Realmente, como está claro no dispositivo em exame, a Constituição admite exceções ao princípio da indelegabilidade, mas apenas as exceções que ela própria prevê. A principal destas é a possibilidade do poder de legislar, autorizada no artigo 52.

Outra, a possibilidade de delegação de atribuição confiadas ao Presidente da República, nos termos do Parágrafo Único do artigo 81.

A permissão, ainda que excepcional, de delegação, rompe com a fórmula da “separação de poderes”. Constitui entorse a esta. De fato, a delegação quebra o equilíbrio entre os poderes e, confundido num mesmo órgão duas funções, mormente a de legislar e a de executar as leis, gera o perigo de arbítrio. Disse Montesquieu: “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente.” Claro, a objeção não se aplica às delegações *interna corporis*, sendo o direito atual ainda mais rígido na indelegabilidade”. (in, Comentários à Constituição Brasileira, 6ª Edição, Editora Saraiva, 1986, p.65)

De rigor a delegação é sempre forma de reduzir funções pertinentes ao Poder Legislativo, razão pela qual apenas o constituinte federal pode exercer tal poder redutor, como, de resto o fez ao prever as medidas provisórias e leis delegadas.

Ives Gandra da Silva Martins nos ensina que “em dois momentos, o constituinte outorga delegação de competência legislativa ao Presidente da República. Para editar medidas provisórias e para produzir leis delegadas. Aquele é um veículo excepcional, que se tornou corriqueiro por força da tradição autoritária do Poder Executivo, em um país que viveu mais períodos de exceção que democráticos, ou da omissão do Congresso, cujos parlamentares até hoje não assumiram, nos já passados 100 anos de República, o relevante papel que deveriam desempenhar numa Democracia, mesmo que presidencialista.

O outro veículo é a lei delegada. Esta tem seu sentido. Objetiva dar celeridade à ação do Executivo, mas com plena autorização do Legislativo, que confere ao presidente o direito de legislar por tempo certo e sobre matéria definida. Sua validade é incontestável até a revogação e imodificável pelo princípio da irretroatividade” (in, Comentários à Constituição do Brasil, 4º volume, tomo I, Saraiva, 1995, p. 519-520).

Sempre que um poder, por força de determinação de lei maior, receba atribuições pertinentes a outros, a democracia torna-se mais frágil, motivo que levou a doutrina, a interpretar que o poder de legislar delegado constitucionalmente deve ser interpretado nos estritos limites da delegação, não se admitindo que tais limites - exclusivos da União - sejam transferidos a Estados e Municípios, risco de violação da independência e da harmonia entre os poderes.

Ora, o próprio enunciado do projeto de lei em apreço esclarece ser uma delegação legislativa. Declara o projeto de lei “autorizar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o imóvel que especifica autorizar”.

O certo, todavia, é que tal delegação normativa, que transfere do Legislativo para o Executivo o poder de normar, é flagrantemente inconstitucional nos termos aqui apresentada.

Aliás, Pinto Ferreira ensina que “o princípio da indelegabilidade das funções orgânicas do Estado repousa em determinados fundamentos, especialmente na doutrina de separação de poderes.

A indelegabilidade acentua e destaca o reforço da repartição funcional da sabedoria, a distinção de poderes conforme o discurso do Barão de La Brède, Montesquieu: “Tudo seria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos príncipes, ou dos nobres, ou do povo, exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e aquele que julgar os crimes de dissídios dos particulares”.

Na Constituição de 1891, no artigo 15: “São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. A indelegabilidade não era expressamente determinada, mas refletia-se no referido texto constitucional” (in, Comentários à Constituição Brasileira, 3º volume, Editora Saraiva, 1992, p. 353/354).

Apenas por este aspecto já se poderia inquirir todo o projeto de lei de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

O projeto de lei fere o contido no artigo 44 da Lei 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal que diz:

“Art. 44 - É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos”.

Ao criar uma seção dentro da lei para tratar especificamente sobre a preservação do patrimônio público, o legislador valoriza este aspecto, muitas vezes negligenciando, vedando, inicialmente, a aplicação dos recursos oriundos da alienação de bens e direitos no financiamento de despesas correntes, salvo se destinados, por si, ao regime de previdência social.

Essa medida impede o uso desses valores para cobrir despesas que deveriam ser suportadas pelas receitas correntes do Poder ou órgão, as quais, por insuficiência de recursos, nem deveriam ter ocorrido. E, nem se diga que trata-se de projeto autorizatório.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é contrária ao contido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A forma autorizativa de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade pela eiva acima apontada.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 435/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, a alienar um lote de terreno, com as divisas, confrontações e finalidades que especifica.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou o parecer contrário e pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a qual pronunciou o parecer favorável à aprovação da proposta.

Chamada a opinar, esta douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, procede a análise, onde acata o parecer técnico enviado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa de Leis. Vale dizer, que o referido parecer técnico, veio auxiliar na realização da análise, trazendo informações importantes e significativas, quanto ao mérito da iniciativa proposta, esclarecendo qualquer dúvida quanto à sua aprovação.

Neste sentido, seguimos o entendimento da Comissão de Educação, manifestando o parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei ora proposto.

Sala das Comissões, em 18.03.2002.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 435/2001

P A R E C E R :

Em primeira análise, esta Comissão opinou no sentido de que o projeto de lei em epígrafe fosse convertido em diligência junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para pronunciamento sobre a conveniência e oportunidade da medida proposta, tendo em vista tratar-se de alienação de imóvel pertencente à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, instituição de ensino vinculada àquela Pasta.

Em resposta, a Assessoria Jurídica da SETI, manifestou-se sobre a importância da pretendida alienação, consubstanciada na Informação nº 033/2001-AJ/SETI, em anexo, argumentando, em primeiro, que o imóvel a ser alienado, está localizado em Santa Catarina, o que

impede sua utilização pelo Governo do Estado do Paraná, e em segundo, que a receita produto da venda será utilizada no aumento das dependências da faculdade, com a construção de 08 salas de aulas, totalizando 578,22 m2 de área a ser construída e, por último, que não haverá qualquer diminuição do patrimônio do Estado.

Assim sendo, a referida informação, aliás bastante elucidativa quanto à sua conveniência, demonstra com clareza que a proposta contida no projeto de lei em exame consulta plenamente aos superiores interesses públicos, o que induz à concordância desta Comissão.

Pelo exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da matéria na forma proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 435/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, objetiva autorizar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar um lote de terreno com 1.513,62 m2, com as divisas, confrontações e finalidades que especifica.

Informa, ainda, o autor, que o produto da venda deverá ser revertido em benefício da própria instituição de ensino, com vistas à ampliação de suas instalações físicas.

Como a matéria em exame trata de autorização para alienação de imóvel do Estado e integrante do patrimônio da faculdade estadual antes referida, opinamos no sentido de que o projeto de lei em comento seja convertido em diligência junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para dizer da conveniência e oportunidade da medida proposta.

Sala das Comissões, em 30.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 3º, na Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997. (Doação de imóvel). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ no DA nº 176/2001, de 27/01/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 641/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa alterar o artigo 3º, na Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997. (Doação de imóvel).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 641/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera o artigo 3º, na Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997. (Doação de imóvel).

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à aprovação do presente projeto nos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade.

Chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos que o presente projeto tem o único fim de incluir cláusula de irrevogabilidade na lei que autorizou doação de imóvel à Fundepar.

Como a presente proposição não concorre para aumento ou diminuição da despesa pública, opino favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ no DA nº 187/2001, de 05/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 680/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração no Estado do Paraná.

O presente projeto é constitucional e atende rigorosamente ao princípio da publicidade dos atos administrativos, pelo que emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 680/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em exame, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração no Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a opinar sobre a matéria, conforme determina o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, constatamos na própria justificativa do autor que com a divulgação trimestral das multas de trânsito arrecadadas nas rodovias do Estado do Paraná, mostraremos a transparência da origem e gestão dos recursos públicos arrecadados em decorrência de penalidades aplicadas aos usuários das rodovias estaduais.

Sendo assim, a proposição encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário, pelo que emitimos nosso parecer favorável ao projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ no DA nº 190/2001, de 10/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 693/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, visa prorrogar os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995. (Doação de imóvel).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 693/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por finalidade prorrogar os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995.

A referida lei dispõe sobre a indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais e legais.

Esse relator, chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende meritória a iniciativa e opina favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.412, de 26 de dezembro de 2001. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 23/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.412, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o ICMS.

O projeto visa alterar a data de vigência da lei para que esta entre em vigor na data de sua publicação.

A alteração é constitucional e não possui impedimento legal.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 15.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro no município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 088/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro no município de São Jerônimo da Serra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 486, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 488, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 496, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 497 a 499, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 500, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 007, 012, 026, 040 e 062/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 403, 435, 641, 680, 693/2001, 023, 079 e 088/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 404 e 673/2001.

Levanta-se a Sessão.